

O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA CADEIRA DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1933-1962)¹

Bruno Bontempi Júnior

Resumo

Este artigo apresenta a trajetória da cadeira de Filosofia e História da Educação, desde a sua constituição em 1933 até 1962, quando, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o professor Laerte Ramos de Carvalho deu início às primeiras pesquisas acadêmicas em história da educação. Explora fatores "internos" e "externos" da história das disciplinas, tais como os perfis institucionais, as prescrições curriculares, as disputas ocorridas no mundo acadêmico e as relações entre as "disciplinas vizinhas", a fim de tecer uma rede de personagens e acontecimentos que confira à disciplina a sua "identidade histórica".

Palavras-chave: história das disciplinas, Filosofia e História da Educação, Roldão Lopes de Barros, Laerte Ramos de Carvalho.

THE TEACHING AND THE RESEARCH ON THE HISTORY OF THE BRAZILIAN EDUCATION IN THE SUBJECTS OF PHILOSOPHY AND HISTORY OF EDUCATION (1933-1962)

Abstract

This article presents the trajectory of the Cathedra of Philosophy and History of Education, since its constitution in 1933, until 1962, when, at the College of Philosophy, Sciences and Literature of the University of São Paulo, the professor Laerte Ramos de Carvalho commenced the very first academic researches on history of education. The article explores both "internal" and "external" factors in the history of disciplines, such as institutional profiles, prescriptions of the curriculum, struggles occurred in the academic world, and relationships between "neighbouring disciplines", in order to weave a net, made by characters and facts, that gives to the discipline its "historical identity".

¹ Meus agradecimentos a Kazumi Munakata pela leitura crítica e sugestões feitas à primeira versão deste artigo.

Keywords: history of disciplines, Philosophy and History of Education, Roldão Lopes de Barros, Laerte Ramos de Carvalho.

**LA ENSEÑANZA Y LA INVESTIGACIÓN EN HISTORIA
DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA EN LA CÁTEDRA DE
FILOSOFÍA Y HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (1933-
1962)**

Resumen

Este artículo presenta el camino de la cátedra de Filosofía y Historia de la Educación, desde su constitución en 1933 hasta 1962, cuando, en la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo, el profesor Laerte Ramos de Carvalho dió inicio a las primeras investigaciones académicas en historia de la educación. Explora factores “internos” y “externos” de la historia de las disciplinas, tales como los perfiles institucionales, las prescripciones curriculares, las disputas ocurridas en el mundo académico y las relaciones entre las “disciplinas vecinas”, a fin de tejer una red de personajes y sucesos que confiera a la disciplina su “identidad histórica”.

Palabras-clave: historia de las disciplinas, Filosofía y Historia de la Educación Roldão Lopes de Barros, Laerte Ramos de Carvalho.

De acordo com Lepenies (1983), o passado da filosofia difere do passado das ciências especializadas por permanecer vivo, mantendo-se capaz de engendrar infinitas polêmicas. Um filósofo pode discordar de Descartes, Leibniz ou Hegel, mas não pode jamais repudiá-los como ultrapassados, como o fazem eventualmente o químico ou o físico, por exemplo, com seus predecessores. Deriva dessa peculiaridade um problema para as *histórias da filosofia*, conquanto do mesmo presentismo que nutre a pujança filosófica resultam, na maior parte das tentativas de historiar o passado, narrativas que são puras classificações, simples cronologias ou meras oportunidades para criticarem-se dogmas e doutrinas. De acordo com o autor, é também inerente às tradicionais histórias da filosofia o tratamento de cada modalidade do conhecimento como um todo unificado e auto-suficiente, tal como um edifício isolado e independente que, embora situado na cidade, pode ser dela abstraído para uma boa compreensão de sua economia interna (cf. 1983, p.37-39).

Pode-se dizer que a História das Ciências tenha reforçado o "internalismo" que recebeu como legado das histórias da filosofia ao despedaçar-se em uma miríade de *histórias das ciências*, que em suas narrativas passaram a "criar-se por si próprias, a si próprias, como se existissem independentemente e se desenvolvessem em sistema fechado" (cf. Serres, 1974, p. 161). Em adição, a noção de que a história da ciência equivaleria a um processo gradativo pelo qual fatos, teorias e métodos foram sendo adicionados ao estoque de conhecimentos presentemente reunidos, restringiu o trabalho dos historiadores a duas tarefas principais: determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada; descrever e explicar "os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico" (cf. Kuhn, 2001, p. 20).

Assim, premidos pela obsessiva busca de objetividade por parte de seus praticantes e consumidores, os historiadores das ciências incumbiram-se de construir para elas um passado

destituído das formas da pseudociência, moldando-as à maneira dos artigos científicos, ou seja, como narrativas ultra-rationais em que só se relata o que, *a posteriori*, parece útil, racional e científico (cf. Fourez, 1995, p. 167). "Desse ponto de vista – afirma Fourez – o 'progresso' avança sempre com uma lógica implacável, racionalizando os caminhos percorridos para se chegar onde se está", com o que são descartados a subjetividade do cientista, a interferência de fatores "externos", as descontinuidades, em outras palavras, os processos históricos que presidem ao que Chalmers (cf. 1994, p. 14) denomina "fabricação das ciências".

Tal como na imagem clássica de Charles Beard (*apud* Schaff, 1991, p. 65), lançados para fora pela porta principal, os fatores "externos" retornam à história das ciências pelos fundos. Considerando plausível a assertiva de que "a competição entre segmentos da comunidade científica é o único processo histórico que realmente resulta na rejeição de uma teoria ou na adoção de outra" (cf. Kuhn, 2001, p. 27), não pode haver dúvidas sobre a grande utilidade, para uma disciplina ou campo de estudos, de um discurso competente sobre a sua própria história, que faça o passado conduzir ao presente pela trilha racional do progresso do conhecimento.

Evidentemente, os historiadores das ciências cumprem um papel imprescindível nas lutas travadas no campo intelectual, uma vez que a eles cabe justamente a tarefa de produzir memórias e erigir tradições. As reconstruções do passado de uma disciplina ou ciência consagram-se freqüentemente à invenção e à atribuição de vínculos e legados a seus praticantes, por meio de resgates ou descartes de autores e obras que passam a ostentar nas narrativas significados pertinentes ao que se pretende definir como conteúdo ou método próprio ou alheio, com o fim de estabelecerem entre "sucessores" e "predecessores" *desejáveis* identidades históricas. Essa partilha resolve, *a posteriori*, as desarmonias e descontinuidades passadas, produzindo uma pacificada "memória" ou "tradição", e o faz apagando a história conflituosa das disputas por posições hierárquicas, reconhecimento dos pares ou

hegemonização de um discurso objetivo sobre o mundo, erigindo em seu lugar um inimigo imaginário: a pseudociência, a metafísica ou a religião.

A história das ciências e das disciplinas atrelada seja à forma "presentista" e "epistemológica" da tradicional história da filosofia, com sua obstinação objetivista, seja ao "partidarismo" acadêmico travestido de história, em regra oculta os processos pelos quais o conhecimento se produz, é apropriado, difundido, reciclado ou abandonado por seus praticantes. Se a segunda forma persiste como "memória", resta, em favor do avanço do conhecimento sobre a área, inverter a razão que comanda a primeira modalidade, ou seja, subordinar as inquirições filosóficas aos resultados da investigação histórica. Para Warde (cf. 1998, p. 89), tal inversão teria pelo menos duas vantagens: a de alimentar novas pesquisas históricas, porque contribuiria para ampliar o grau de liberdade da História com relação à Filosofia e assim abrir um diálogo mais franco com outras disciplinas, e a de contribuir para alargar o horizonte de erudição dos pesquisadores.

Se, ao menos desde os ensaios de Kuhn (1962) aceita-se que toda pesquisa científica encontra-se estruturada por elementos sociais, ditos "externos", cabe ainda aos historiadores das ciências e disciplinas assumir a sua presença e valor, e então identificá-los, pesá-los, relacioná-los, a fim de produzirem um conhecimento cada vez mais completo e relacional sobre os processos "internos" e "externos" de que ela é composta. Para tal, é necessário partir de um interesse menos imediato, dito "de resgate", e realizar mais sistematicamente a crítica das fontes e a ampliação do *corpus* documental para a construção dos objetos. A tal história das disciplinas, privilegiar as séries de influência e as relações de continuidade que conformariam internamente os princípios e os caracteres diferenciais presentemente identificados é um procedimento menos relevante do que seria a busca por restaurar os dinâmicos e múltiplos "processos de domesticação e de peregrinação" que fazem da história de cada disciplina a história de uma rede de relações interdisciplinares, sejam elas de aliança,

emulação, imitação ou desprezo com relação a suas contemporâneas (cf. Lepenies, 1983).

Se é verdade que as idéias e procedimentos que cada disciplina defende como seus em cada momento histórico remetem-se à base social e institucional em que puderam florescer e circular, entretanto, a hipertrofia do "contexto" de produção comumente faz com que se aprisione o movimento das idéias a uma cadeia infalível de determinações, ou que se encarcerem os praticantes das ciências em classes sociais portadoras de ideologias fechadas, ou ainda que se reduzam as ciências e disciplinas "aos jogos miúdos e mesquinhos dos departamentos e cátedras" (cf. Warde, 1997, p.313). Talvez seja possível construir o objeto da história das disciplinas mediante a articulação de elementos variados, tais como a análise interna de obras, a biografia de seus praticantes, a reconstrução dos programas e da organização das instituições acadêmicas, mas também as disputas em torno de fronteiras disciplinares, as hierarquias inerentes ao campo intelectual, as redes de sociabilidade e a memória dos que circularam pelas instituições de ensino e pesquisa, pela mídia e pelos partidos e agremiações.

Partindo das premissas até aqui expostas e fundamentado nos resultados das pesquisas realizadas para a elaboração de minha tese de doutoramento *A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa* (2001), este artigo procura apresentar a trajetória do ensino e da pesquisa em história da educação brasileira na cadeira de Filosofia e História da Educação, desde 1933, quando ela é instituída no Instituto de Educação, a 1962, véspera de sua "departamentalização" na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL). Embora não queira se impor como modelo de aplicação dos princípios já evocados, a narrativa que ora se apresenta contempla em parte algumas das possibilidades de "cruzamentos" entre os ditos fatores "internos" e "externos", tais como os perfis das instituições, as prescrições curriculares e

programáticas, as disputas do mundo acadêmico, as relações de vizinhança entre as disciplinas, com os quais teceu-se uma rede de personagens e acontecimentos em vista da construção de um objeto plausível: a configuração da disciplina, entendida, afinal, como o produto histórico dessas interseções.

Primeiros tempos da Filosofia e História da Educação: disciplina subsidiária

Quando a Escola de Professores da Escola Normal da Capital foi incorporada ao Instituto de Educação "Caetano de Campos" (1933), a disciplina Filosofia e História da Educação passou a compor o quadro curricular do curso de formação profissional, ao lado de Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Educação Comparada e Metodologia do Ensino Secundário (cf. Universidade de São Paulo, 1953a, p.14)².

O *status* das disciplinas componentes do currículo do Instituto de Educação não era, entretanto, equivalente: enquanto a Sociologia, a Biologia e a Psicologia, consideradas "ciências matriciais" da Educação, eram destinadas à formação científica dos professores, a Filosofia e História da Educação, compósito de duas matérias que não eram propriamente denominadas de ciências, tinha a função auxiliar de ministrá-lhes a formação moral. Isto significa, de acordo com Warde (cf. 1998, p.91), que a História da Educação implantou-se como apêndice da Filosofia da Educação e que passou a ter, em função dos objetivos previamente traçados no ideário escolanovista, sua eficácia medida pelo que poderia oferecer de justificativas para o presente e de guia para a

² As disciplinas ditas de "formação profissional" foram instituídas no currículo das escolas normais primeiramente nas reformas de Minas Gerais (1927), Distrito Federal (1928) e Pernambuco (1928), compondo o "ciclo profissional" de dois anos, subseqüente ao "propedêutico", de três (cf. Tanuri, 2000, p.70).

construção do futuro, e não pelo que fosse capaz de explicar e interpretar dos processos históricos objetivos da educação.

A regência da cadeira de Filosofia e História da Educação coube ao normalista Roldão Lopes de Barros (1884-1951), que iniciara a sua longa trajetória no magistério em 1911, ao tomar posse da cadeira de Pedagogia e Educação Cívica na Escola Normal Primária. Quanto à formação e orientação teórica do *lente* pouco se sabe, a não ser que não tinha formação específica em História ou Filosofia e que frequentou um dos cursos de Ugo Pizzoli no Gabinete de Antropologia Pedagógica e Psicologia Experimental (cuja tônica residia na contrafação da "pedagogia filosófica" pela "pedagogia científica"), tendo produzido uma monografia a respeito da memória, calcada nas formulações de Alfred Binet (cf. Monarcha, 1999, p.275-276).

Em que pese o presumível impacto dos cursos de Pizzoli no Gabinete, o fato é que nem todos os seus participantes quiseram ou tiveram oportunidade de praticar, como professores do ensino normal, o que nele aprenderam. De acordo com Tavares (cf. 1995, p.137-138), Lopes de Barros preferiu manter na cadeira de Pedagogia e Educação Cívica as diretrizes de antigos regentes Cyridião Buarque e Sampaio Dória, mais inclinados à filosofia do que propriamente à psicologia científica e às questões experimentais da disciplina. Segundo apurou Monarcha (cf. 1999, p.258), Lopes de Barros esmerou-se na "vulgarização dos temas fundamentais de determinadas escolas de psicologia", divulgando o pensamento de William James como "base doutrinária do método analítico para o ensino da leitura".

Se Lopes de Barros não se inclinava às experiências, também as restrições regimentais do Instituto de Educação trataram de afastá-lo da pesquisa. É que, quando da fundação da Universidade de São Paulo (1934), foram estipuladas nos regulamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e do Instituto de Educação (IE) diferentes funções e responsabilidades para os seus respectivos catedráticos: enquanto que, para os da FFCL a pesquisa e produção do conhecimento

ocupavam um lugar privilegiado, para os do IE a exigência maior era a de ministrar um "ensino eficiente" (cf. Evangelista, 1997). Mesmo com a reforma de 1937, que a seu modo procurou corrigir tal discrepância de funções e de *status* entre os professores das duas instituições vinculadas, coube a Lopes de Barros a regência de uma cadeira desobrigada de produzir conhecimento, mas encarregada apenas de sua transmissão: a cadeira IV, de Filosofia e História da Educação (cf. Evangelista, 1997). Somando-se a isto a verdadeira aversão de Lopes de Barros a ver suas idéias impressas (cf. Azevedo, 1961), tem-se uma boa explicação para o fato de não haver textos por ele assinados e datados dos anos em que esteve à testa da cadeira.

Segundo Evangelista (1997, p.162-163), o curso de Filosofia e História da Educação dado por Lopes de Barros dividia-se em duas partes: em História, o professor tratava da educação entre os gregos, romanos, medievos e renascentistas, abordava os filósofos da educação" Locke, Rousseau, Pestalozzi, Herbart, Fröebel, Spencer e Dewey, e encerrava com um aceno para a educação brasileira, apresentando o *Manifesto dos pioneiros da escola nova*, do qual ele próprio fora signatário. Em Filosofia da Educação, Lopes de Barros abordava os fins da educação, os graus de ensino e suas relações, a organização do currículo na escola secundária e os princípios para a orientação do professor.

Na cadeira IV a Filosofia, que ocupava dois anos do curso, prevalecia sobre a História (um ano), e mesmo no programa de História a ênfase recaí sobre às *idéias pedagógicas* de autores "universais", tendo a história da educação brasileira um espaço insignificante, aparecendo como "apêndice" ao final do curso, a exemplo do que ocorria nos livros didáticos da época (Nunes, 1996). Vale observar que, muito embora Lopes de Barros sequer professasse religião (Azevedo, 1961), predominava como caráter geral do programa o que Nunes (1996) e Warde (1998) interpretaram como sendo um padrão "cristão", ou seja, uma narrativa contínua, que parte dos modelos de formação supostamente adotados pelas sociedades antigas e medievais para

completar-se com os pensadores da educação das idades Moderna e Contemporânea (cf. Warde, 1998, p.92). Tal padrão, impresso desde cedo nas instituições de formação do magistério, deveu-se principalmente à origem da maioria de seus professores e à natureza da bibliografia por eles utilizada (cf. Warde e Carvalho, 2000):

Finalmente, quanto à inclusão do manifesto no programa de História, é preciso considerar que os programas examinados referem-se aos anos anteriores a 1938, em que o documento ainda era, para alunos e professores do curso normal, uma peça política viva. Sua inclusão no programa, portanto, não foi uma abertura de Lopes de Barros à história da educação brasileira, mas apenas o aproveitamento de uma ocasião para que o lente difundisse as idéias que subscrevera – ele que, há muito, militava nas lutas pela modernização e pela democratização da educação nacional. Um outro elemento reforça essa hipótese: de acordo com Milton da Silva Rodrigues, Roldão Lopes de Barros provava a qualidade de "idealista" em sua maneira de lecionar, pois em seus cursos procurava "muito mais influir sobre a mentalidade de seus alunos, do que simplesmente fornecer-lhes informações, fazendo sempre disso um instrumento para aquilo" (cf. Universidade de São Paulo, 1953b, p.167-168).

Roldão Lopes de Barros esteve vinculado à Sociedade de Educação, instituição que, fundada em 1922 por Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Renato Jardim, congregava membros do magistério paulista e profissionais representativos de diversas áreas de atuação e tinha como principais finalidades difundir idéias educacionais renovadoras e estabelecer relações com o Estado, a fim de interferir nas políticas educacionais. Como membro da Sociedade de Educação, que publicou, de agosto de 1923 a dezembro de 1924, a *Revista da Sociedade de Educação*, Lopes de Barros alinhou-se entre os que defendiam o método analítico de ensino da leitura, repudiavam os "receituários técnicos" oferecidos aos professores primários pela *Revista Escolar* (cf. Mortatti, 2000, p.181) e afirmavam-se adeptos da "pedagogia científica" e da idéia

de promover, no ensino e nos impressos a ele destinado, elementos para uma formação cultural adensada e de escopo geral para o magistério.

Em 26 de julho de 1923, na quarta sessão ordinária da Sociedade de Educação, Lopes de Barros apresentou à entidade uma "proposta de se lembrar aos poderes públicos a possibilidade e as vantagens do arrendamento das terras pertencentes ao Estado, revertendo os lucros em benefício da instrução" (cf. Nery, 1999, p.33). No levante paulista de 1924 integrou a Polícia Municipal, em 1932 participou direta e ativamente da chamada Revolução Constitucionalista (cf. Universidade de São Paulo, 1953c, p.163-164) e, naquele mesmo ano, assinou o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, documento que, como foi visto, passou a incluir em seus programas de curso no Instituto de Educação.

A transferência da cadeira para a Faculdade de Filosofia

Em 1938, entendendo ser um dos principais objetivos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras preparar o magistério secundário, o Governo do Estado de São Paulo extinguiu o Instituto de Educação para atribuir a formação pedagógica em nível universitário à FFCL, criando assim a Seção de Educação, que funcionou até a reforma federal de 1940, transformando-se em seguida na Seção de Pedagogia. O mesmo Decreto 9.268-A, de 25 de junho de 1938, que regulamentou o fechamento do Instituto, determinou a transferência dos professores efetivos da Escola de Professores – e de seus assistentes – para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fazendo com que esta passasse a contar, a partir do segundo semestre daquele ano, com os professores Antônio de Almeida Júnior (Biologia Educacional), Noemy da Silveira Rudolfer (Psicologia Educacional), Fernando de Azevedo (Sociologia Educacional), Milton da Silva Rodrigues (Estatística e Educação

Comparada) e Roldão Lopes de Barros, de Filosofia e História da Educação (cadeira XLV).

O assistente de Lopes de Barros, José Querino Ribeiro (*apud* Bernardo, 1989), lembra que a recepção e os primeiros tempos dos professores e assistentes transferidos do Instituto de Educação para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo não foram momentos agradáveis³. As situações desconfortáveis vividas por alunos e professores ligados às novas cátedras e aos novos cursos da parte pedagógica indicam ter vigido uma espécie de "estatuto informal" ao incorporarem-se os novos cursos e cátedras no conjunto da FFCL. A reposição reiterada desse "estatuto" ajuda a explicar as vicissitudes que as cadeiras da Seção de Pedagogia viveram no período de sua permanência na FFCL.

Segundo Antunha (1974, p.112) o "provimento automático" das cadeiras da Seção de Educação afetava o regime de contratos então vigente na Faculdade de Filosofia, gerando inquietude e hostilidade da parte dos aspirantes, uma vez que, como catedráticos, os novos professores do Instituto automaticamente assumiam posições de liderança na Faculdade⁴. Com efeito, após a Segunda Guerra, quando grande parte dos professores estrangeiros contratados retornava aos seus países de origem e aumentavam as pressões internas a fim de levar a

³ José Querino Ribeiro (1907-1990) foi nomeado assistente da cadeira de Administração e Legislação Escolar do Instituto de Educação. Licenciou-se em Ciências Sociais, obteve grau de doutor em História da Civilização Brasileira na FFCL, onde ocupou sucessivamente os cargos de 1º assistente na cadeira de História e Filosofia da Educação (1938); assistente, e depois catedrático, da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada (respectivamente, em 1948 e 1953).

⁴ Dentre os privilégios inerentes ao posto de catedrático incluíam-se não só a "propriedade" do conhecimento de sua área, mas também a participação, com direito a voz e voto, nos mais importantes órgãos deliberativos e executivos dos institutos universitários. Aos catedráticos cabia, "de fato, o governo da Universidade" (cf. Antunha, 1974, p.140).

Faculdade a se organizar segundo o regime vigente nas demais unidades da Universidade, deu-se o rompimento da breve experiência de "moratória do regime de cátedras" e teve seu lugar a corrida desabalada pela efetivação de catedráticos.

Assim, ainda que resultando na alegação já clássica da "inferioridade científica" dos assuntos pedagógicos de que se ocupavam as cadeiras oriundas do Instituto de Educação, a discriminação para com os professores e alunos recém-chegados à FFCL foi em grande parte alimentada por um sentimento de angústia dos "filósofos" diante da invasão de espaços e da conspurcação das vias legítimas de ascensão hierárquica pelos "pedagogos". Além do mais, a antiguidade do Instituto de Educação, nascido da Escola Normal de São Paulo, trazia para a "nova" faculdade o ranço inconveniente das "velhas" instituições e de seus padrões de formação profissional, tão distantes dos primeiros e seminais sonhos "desinteressados" dos mentores da Universidade, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Fernando de Azevedo.

Alguns professores estrangeiros da casa não só desprezavam as disciplinas que compunham a formação pedagógica, como também faziam campanha aberta contra elas. Contrários às disciplinas pedagógicas, mestres como o matemático italiano Luigi Fantapié, por exemplo, defendiam que bastava a formação científica de qualidade para que o professor tivesse condições de operar a transformação do conteúdo aprendido em conteúdo a ser ensinado nas escolas normais e secundárias (cf. Castrucci *apud* Freitas, 1993, p.74). Os aconselhamentos fundamentados nessa concepção não só intensificavam a discriminação, como contribuía para reproduzir, pelo menos nas seções de Ciências da Faculdade de Filosofia, a velha prática de destinar apenas os "fracassados" à carreira do magistério secundário.

Dentro da própria Seção de Pedagogia vigiam estatutos diferentes para os cursos e para os praticantes das diversas disciplinas. O curso de Pedagogia era "desinteressado", enquanto o

de Didática era "profissional", tendo derivado disto a oposição entre os dois tipos de profissionais que nelas se formavam, que passaram a "competir pela autoridade científica de definir qual o discurso e o saber-fazer legítimos acerca do ensino" (cf. Garcia, 1994, p.48).

O curso de Pedagogia, por seguir a organização e o formato dos demais cursos da FFCL, era tido como um espaço legítimo para a reflexão e produção de conhecimento acerca do ensino, em detrimento do curso de Didática, este considerado um desdobramento inútil, uma vez que as disciplinas Psicologia da Educação, Sociologia Educacional, Fundamentos Biológicos da Educação e Administração Escolar, de função essencial nas licenciaturas, eram apenas subsidiárias nos cursos de Pedagogia (cf. Garcia, 1994, p.105). Assim, seja porque passaram a constituir a substância de outros cursos (como os de Sociologia ou Psicologia), seja porque representavam a parte central do curso de Pedagogia, algumas das disciplinas pedagógicas que não integravam o núcleo das "didáticas" foram se aproximando gradativamente das chamadas disciplinas "de conteúdo" (cf. Castro, 1992, p.234). Era este o caso de Filosofia e História da Educação, que constituíam disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia e do curso de Didática para pedagogos, e que, na parte geral do curso de Didática, atendiam pelo nome de Fundamentos Filosóficos da Educação (cf. Tomazetti, 2000).

A transferência para a faculdade não trouxe à Filosofia e História da Educação a alteração do estatuto original de disciplina auxiliar, complementar ou depositária das ciências matriciais do campo, que herdara dos modelos de currículo criados nos anos 30 para as escolas normais. No *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, a História da Educação aparece como "matéria subsidiária da formação da consciência pedagógica e da formação técnica do ensino primário" (cf. Universidade de São Paulo, 1935b, p.391). Modificações, entretanto, houve em certos aspectos de sua organização e funcionamento.

Quanto à orientação didática da cadeira (que em 1942 passou a se chamar História e Filosofia da Educação), o *Anuário* informa que a praxe era "partir sempre de uma visão geral dos assuntos para concluir, nos fins de curso, com estudos monográficos", tal como se procedia em várias outras cadeiras daquela faculdade. Isto indica que, embora tenha-se mantido a antiga divisão dos cursos em duas partes (História Geral e Filosofia da Educação), o traslado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras implicou mudanças no teor e na condução dos cursos da cadeira, em favor de uma equiparação às demais cadeiras daquela escola superior. Um acréscimo importante aos cursos regulares deu-se a partir de 1940, quando, paralelamente ao curso de História Geral, instituiu-se o curso de História do Brasil, a cargo do assistente José Querino Ribeiro (cf. Universidade de São Paulo, 1953b, p.465).

O conteúdo do curso de História do Brasil era extenso e partia das "condições gerais da Educação na Europa e especialmente em Portugal na época do descobrimento" até a "Influência da Universidade de Coimbra", para o segundo ano; e de "D. João VI: intenção e ação da obra educacional neste período; advento das influências francesas" até "A Educação no Brasil atual: O Manifesto dos Educadores Brasileiros. A Reforma Francisco de Campos", para o terceiro (cf. Universidade de São Paulo, 1943, p.289-290). Todo este percurso, entretanto, não foi cumprido. No ano letivo de 1945, por exemplo, Querino Ribeiro tratou apenas dos tópicos "A instrução em Portugal antes do descobrimento" e "A educação no Brasil antes dos jesuítas"⁵, de modo que, como o curso não prosseguia no 3º ano, à turma de 1945 foi ensinada apenas a história da educação jesuítica em Portugal.

⁵ As informações a respeito do programa da cadeira XLV, que são aqui cotejadas com os registros publicados nos *Anuários*, foram obtidas nos diários de lançamento de matéria (cf. Arquivo pessoal de Laerte Ramos de Carvalho. Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).

Não obstante, para a exigüidade geral do programa pode ter contribuído a maleabilidade da carga horária efetivamente cumprida nos cursos daquela faculdade em suas três primeiras décadas de funcionamento. Assim, embora estivessem reservadas quatro horas semanais para "aulas teóricas" no curso de História da Educação da segunda série, e três horas no de Filosofia da Educação para a terceira série, sabe-se que "a carga horária não era rígida" e que "o horário era realmente decidido pelo professor conforme as necessidades do seu curso" (cf. Freitas, 1993, p.93). Desse modo, a "cultura institucional" da faculdade encarregou-se de reduzir a carga dos cursos da cadeira.

Em 1946 e 1947, tendo Lopes de Barros se afastado em virtude de doença, ficaram a cargo de Querino Ribeiro grande parte das aulas. Com relação ao curso de História do Brasil, tendo reduzido o número de aulas sobre a educação jesuítica, o assistente logrou estender em 1946 o conteúdo até o "panorama do ensino no Brasil no fim do século XVIII", indicando com isso sua familiaridade com o tempo histórico pertinente à pesquisa que realizara para fins de doutoramento em História da Civilização Brasileira⁶. Em 1947, incluíram-se as seguintes modificações no programa: a introdução de um Seminário de Filosofia, de que participaram como convidados os catedráticos da FFCL João Cruz Costa e André Dreyfus, e a inclusão, à frente da seqüência tradicional, ou seja, do percurso histórico que vai dos jesuítas a D. João VI, dos temas "O meio físico e sua influência na formação cultural brasileira" e "O elemento étnico na formação da cultura brasileira". Pela primeira vez verifica-se nos diários menção à

⁶ Querino Ribeiro defendeu em 12/11/43 a tese de doutoramento *A memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos da Capitania de São Paulo* (Ribeiro, 1945), primeira tese acadêmica sobre história da educação brasileira apresentada na FFCL-USP. Orientada por Alfredo Ellis Jr., catedrático de História da Civilização Brasileira e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a obra segue o tradicional modelo do IHGB, ou seja, uma narrativa em que prevalece a "reunião de informações, atos, legislativos e regulamentares, as notícias e os fatos pertinentes" (cf. Carvalho, 2000, p.921).

pesquisa documental: "Trabalho de pesquisa nos Arquivos do Estado sobre documentos inéditos", no dia 29/9/1947.

Em 1948, Querino Ribeiro conseguiu a sua transferência definitiva para a cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. Para a substituição do assistente de Lopes de Barros foi convidado um jovem licenciado em Filosofia, Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972), que naquele momento ocupava o cargo de assistente de Cruz Costa na cadeira I de Filosofia⁷. A Ramos de Carvalho, que assumiu cumulativamente as duas assistências, foi a princípio entregue o curso de História do Brasil; menos de dois anos depois, ou seja, no mesmo ano em que defendeu a tese de doutoramento em Filosofia (1951), o professor assumiu a cadeira de História e Filosofia da Educação em caráter interino, em razão do falecimento de Roldão Lopes de Barros. Em 1955, ao obter o primeiro lugar no concurso para a mesma cátedra, conseguiu galgar o posto mais alto da hierarquia acadêmica. Essa trajetória meteórica (que poderia ter sido ainda mais rápida se o concurso, realizado em 1952, não tivesse sido impugnado, fazendo com que a nomeação demorasse quase três anos) demonstra que a opção de Ramos de Carvalho pela mudança de área poderia estar escorada na mais viva confiança de que os caminhos para a ascensão acadêmica lhe estavam franqueados.

Ramos de Carvalho havia sido aluno de Cruz Costa no Departamento de Filosofia⁸, tendo sob sua orientação publicado um substantivo trabalho em História da Filosofia: a tese *A formação filosófica de Farias Brito* (1951). Mesmo que com este

⁷ Nascido em Jaboticabal (SP), Ramos de Carvalho ingressou em 1940 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, concluiu o bacharelado em 1942 e a licenciatura em 1943, assumindo em janeiro de 1944 o cargo de primeiro assistente da cadeira de Filosofia, a convite de Cruz Costa, permanecendo nessa condição até 1955.

⁸ Entenda-se "departamento" como o conjunto das cadeiras de Filosofia. Esta denominação só foi oficializada em 1963, embora fosse de uso corrente entre alunos e professores.

trabalho Ramos de Carvalho tenha afrontado em muitos aspectos as opiniões dos "filosofantes municipais" ligados a Miguel Reale e ao Instituto Brasileiro de Filosofia, rivais declarados da cadeira de Filosofia da Universidade de São Paulo, a verdade é que a repercussão da obra em seu próprio "departamento" não foi muito positiva. É que, para a nova geração que nele surgia (e cujos nomes de maior destaque eram Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti), a inclinação para a história do pensamento brasileiro, linha de pesquisa a que Cruz Costa conduzia o seu "sucessor natural", era mesmo desprezível (cf. Arantes, 1994). Assim, a migração de Ramos de Carvalho da prestigiada cadeira I, de Filosofia, para a desprestigiada Seção de Pedagogia, poderia ser em parte explicada pela oportunidade que o assistente de Cruz Costa encontrou de livrar-se da condição desconfortável que o legado de seu mestre lhe impingira, e de quebra, alcançar mais cedo do que se poderia esperar o posto de catedrático na Universidade, uma vez que, com a saída de Querino Ribeiro, não haveria um "sucessor natural" para Lopes de Barros a pleitear a regência da cadeira de História e Filosofia da Educação.

Além desse, havia ainda outro fator a atrair Ramos de Carvalho para a cadeira de História e Filosofia da Educação: a demanda de conhecimento sobre educação (e de autoridade acadêmica reconhecida na área) para fomentar e legitimar os comentários educacionais que o professor vinha publicando em *O Estado de S. Paulo (OESP)* desde 1946. A convite de Júlio de Mesquita Filho, que dessa forma procurava restaurar o discurso político do periódico, interrompido no Estado Novo, Ramos de Carvalho encarregou-se (a partir de 1946, como colaborador, e de 1947, como responsável pelas colunas não assinadas de "Notas e Informações") de comentar os assuntos da educação à luz dos ideais liberais do jornal, erguendo, desde o momento em que o lançamento do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou a exigir uma nova aliança dos "educadores

paulistas" em prol da educação brasileira, as bandeiras da escola pública e da universidade⁹.

A posse da cadeira, tanto quanto a inclinação para o estudo das "idéias pedagógicas", que materializou na tese de cátedra *As reformas pombalinas da instrução pública*, podem ser creditadas em maior grau aos interesses derivados da atuação jornalística de Ramos de Carvalho em *O Estado de S. Paulo*, do que propriamente à formação acadêmica inicial do professor (calcada no programa filosófico de Maugüé e mesclada do nacionalismo de Cruz Costa e do rigor metodológico de Lívio Teixeira). Esta "demanda externa", que pesou decisivamente na ocupação do posto máximo da disciplina por um homem ligado ao jornal, prolongou sua ação por muitos anos. No período de sua regência (1955-1968), Ramos de Carvalho nomeou sucessivamente dois ex-alunos da Filosofia para o cargo de assistente, Roque Spencer Maciel de Barros e João Eduardo Villalobos, conduzindo-os também às colunas de "Notas e Informações" do jornal *O Estado de S. Paulo*. Com isto, o regente proporcionou aos homens de sua confiança a possibilidade de reproduzirem a sua própria trajetória acadêmica, vinculando a ascensão na hierarquia acadêmica à conquista do direito e da legitimidade de proferir o discurso educacional de *OESP*. Dessa forma, no mesmo movimento de tomada definitiva da cadeira XLV pelos imigrantes do Departamento de Filosofia, conquistava a História e Filosofia da Educação o direito à última palavra no discurso político-educacional da época, haja vista que seus homens falaram por três decênios (de meados da década de 1940 a fins da década de 1970) pela boca do jornal que cedo se tornara o veículo autorizado das idéias dos liberais paulistas.

⁹ Ver, a esse respeito, o livro organizado por Roque Spencer Maciel de Barros, *Diretrizes e Bases da Educação*. São Paulo: Pioneira, 1960.

A história da educação brasileira reconfigura a cadeira

Em que pese o justificável interesse pela história da educação brasileira que despertavam aqueles debates no *front* da grande imprensa paulista, nos primeiros anos de atividade de Ramos de Carvalho como assistente da cadeira XLV o curso de História do Brasil não recebeu maior atenção do que nos tempos de Roldão e Querino; entre 1948 e 1950 houve até mesmo uma redução drástica do conteúdo e das aulas. Em princípio, isto poderia ser explicado pelo fato de Ramos de Carvalho encontrar-se ocupado com sua tese de doutoramento em Filosofia, para que despendia tempo e esforços que seriam necessários para a atualização no assunto; além disso, a atualização requerida não se afigurava como tarefa possível porque, do ponto de vista de um bacharel formado nos padrões da Faculdade de Filosofia, ainda não havia à disposição um montante de conhecimentos sobre história da educação no Brasil que pudesse ser reconhecido como cientificamente válido.

Em 1955, quando foi homologado o seu título de catedrático, Ramos de Carvalho deu início a um processo de reformulação da cadeira de História e Filosofia da Educação, em que a história da educação brasileira passou a ocupar um lugar de destaque, em que as práticas de ensino e pesquisa fizeram-se mais assemelhadas às de outras cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em que o *status* relativo da disciplina foi alterado para melhor. Diversos fatores contribuíram para essa configuração: a legitimidade granjeada pelo respeito da comunidade acadêmica ao regente (cujo artigos se estampavam nos editoriais de *OESP*, e que ostentava dois títulos acadêmicos de peso, obtidos naquela mesma instituição); a adoção de certas práticas de ensino vigentes nas demais cadeiras da faculdade; a dedicação à pesquisa acadêmica original, destinada à formação de doutores em educação.

Embora Ramos de Carvalho tenha mantido, ao longo dos anos em que exerceu a regência da cadeira de História e

Filosofia da Educação, a estrutura curricular básica da antiga cadeira do Instituto de Educação, percebe-se que práticas mais afins à FFCL foram sendo paulatinamente adotadas, tais como o uso de livros clássicos em detrimento dos manuais, a intensificação das atividades de escrita e comunicação oral feitas por alunos, a sintomática substituição do antigo termo "sabatina", marcadamente normalista, pelo acadêmico "argüição", para se referir às provas orais (Universidade de São Paulo, 1953c) e, finalmente, a produção das primeiras pesquisas acadêmicas em história da educação no Brasil.

A intenção de produzir monografias para fundamentar o estudo da história da educação brasileira baseava-se na constatação de que o conhecimento acumulado sobre o assunto era ainda insuficiente para alimentar os cursos regulares da cadeira. Sendo assim, Ramos de Carvalho visava a promover a realização de pesquisas originais, justamente para *produzir* o conhecimento que faltava ser incorporado ao ensino da história da educação brasileira, uma vez que acreditava não haver "legítima história sem sério e criterioso levantamento de dados de toda ordem" (cf. Carvalho, 1956, p.600).

As pesquisas foram sendo estimuladas pelo regente no interior dos próprios cursos regulares da cadeira de História e Filosofia da Educação, destacadamente no curso de Especialização, cumprido no quarto ano por alunos escolhidos, tendo em vista o doutoramento em futuro próximo. A tese de doutoramento de Heládio Antunha, *A reforma de 1920 da instrução pública no Estado de São Paulo* (1967), por exemplo, surgiu da combinação de um seminário realizado sobre a Reforma Sampaio Dória com a organização de uma pesquisa baseada em entrevistas feitas com educadores coetâneos.

Em 1962, Ramos de Carvalho convocou antigos alunos de Pedagogia, dentre os quais Jorge Nagle e Casemiro dos Reis Filho, para que participassem de um projeto pioneiro de investigação e escrita da História da Educação Brasileira, que consistia na produção de monografias que pudessem gerar em seu

conjunto uma visão mais alargada de nossa história educacional. Segundo testemunhos de alguns dos participantes, as diretrizes do orientador incluíam a localização e a socialização das fontes documentais e a necessidade de criar uma periodização específica para a história da educação brasileira, que fosse independente dos critérios político-administrativos até então utilizados (cf. Nagle, 1999; Tanuri, 1999).

Além da orientação de Ramos de Carvalho e das discussões coletivas e periódicas, os doutorandos passaram a contar com o decisivo apoio do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE-SP), dirigido à ocasião pelo próprio regente, que lançou mão de sua estrutura e pessoal a fim de facultar aos doutorandos o acesso ao maior número de documentos e fontes bibliográficas. Tal iniciativa lhes permitiu usar, por exemplo, o Serviço de Documentação e Intercâmbio, onde podiam aceder à documentação legislativa referente à República e até mesmo reproduzi-la. Beneficiando-se das instalações e do auxílio dos funcionários do CRPE-SP, os doutorandos realizavam a contrapartida participando de seminários e palestras ou escrevendo artigos para o periódico *Pesquisa e Planejamento*.

A relação simbiótica entre a cadeira de História e Filosofia da Educação e o CRPE-SP contribuiu para que fossem realizados alguns dos projetos de pesquisa que originaram as teses defendidas pelos licenciados na USP e nos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (reunidos na atual UNESP) no decorrer dos anos 60 e 70. A escrita histórica de toda uma geração de pesquisadores deve ser, pois, em grande parte creditada à atuação de Ramos de Carvalho, não só como orientador direto das pesquisas, mas como regente da cadeira de História e Filosofia da Educação, posição em que conduziu a disciplina rumo a uma nova configuração, na qual a História sobrepunha a Filosofia, a História do Brasil comandou os interesses de pesquisa, e foi instituída a investigação científica com fontes documentais inéditas. Pode-se dizer, especialmente quando

se atenta para o esforço verificado de estabelecer uma periodização autônoma para a história da educação brasileira, ou seja, livre dos marcos de nossa história político-administrativa, que uma "identidade cognitiva" diversa daquela original então se esboçava: um método de produção do conhecimento já colocava em cheque as interpretações veiculadas nos livros canônicos e nos manuais de ensino.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo (1994). *Um departamento francês no ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

ANTUNHA, Heládio César G. (1967). *A Reforma de 1920 da Instrução Pública no Estado de São Paulo*. Doutorado em Educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

_____. (1974). *Universidade de São Paulo. Fundação e reforma*. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste.

AZEVEDO, Fernando de (1961). *Figuras de meu convívio*. São Paulo: Melhoramentos.

BERNARDO, Maristela Veloso Campos (1989). O surgimento e a trajetória da formação do professor secundário nas universidades estaduais paulistas. In: BERNARDO, Maristela Veloso Campos (org.). *Formação do professor: atualizando o debate*. São Paulo: Educ.

BONTEMPI Jr., Bruno (1999). História da educação brasileira: o terreno do consenso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista-SP: USF.

CARVALHO, Laerte Ramos de (1956). A educação em São Paulo. In: *Ensaio paulistas*. São Paulo: Anhembi.

_____. (1977). *A formação filosófica de Farias Brito*. São Paulo: Saraiva/Edusp.

_____. (1978). *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Edusp.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de (2000). L'histoire de l'éducation au Brésil: traditions historiographiques et processus de rénovation de la discipline. *Paedagogica historica*, v. 36, n° 3, p. 909-934.

CASTRO, Amélia Americano Domingues de (1992). A memória do ensino de didática e prática de ensino no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, vol.18, n° 2, p. 233-240.

CHALMERS, Alan (1994). *A fabricação das ciências*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: UNESP.

EVANGELISTA, Olinda (1997). *A formação do professor em nível universitário – O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)*. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FOUREZ, Gerard (1995). *A construção das ciências*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: UNESP.

FREITAS, Sônia Maria de (1993). *Reminiscências*. São Paulo: Maltese.

GARCIA, Maria Manuela Alves (1994). *A didática do ensino superior*. Campinas-SP: Papirus.

KUHN, Thomas S. (2001). *A estrutura das revoluções científicas*. 6ª ed. Tradução de Beatriz Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva.

LEPENIES, Wolf (1983). Contribution à une histoire des rapports entre la sociologie et la philosophie. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, v. 47-48, p. 37-44.

MONARCHA, Carlos (1999). *Escola Normal da Praça*. O lado noturno das Luzes. São Paulo: Unicamp.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo (2000). *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo, 1876-1994. São Paulo: UNESP: CONPED.

NAGLE, Jorge (1999). A trajetória da pesquisa em História da Educação no Brasil. In: MONARCHA, Carlos (org.). *História da Educação Brasileira*. Formação do campo. Ijuí: Unijuí.

NERY, Ana Clara Bortoletto (1999). *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

NUNES, Clarice (1996). Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese. *Revista Brasileira de Educação*, n° 1, p. 67-79.

RIBEIRO, José Querino (1945). *A memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos na capitania de São Paulo*. São Paulo: Setor de Publicações da USP.

SERRES, Michel (1988). As ciências. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. 3ª ed. Tradução de Henrique de Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SCHAFF, Adam (1991). *História e verdade*. 5ª ed. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes.

TANURI, Leonor M. (1999). Historiografia da Educação Brasileira: contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de pós-graduação. In: MONARCHA, Carlos (org.). *História da Educação Brasileira*. Formação do campo. Ijuí: Unijuí.

_____. (2000). História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, nº 14, p. 61-88.

TAVARES, Fausto Antonio R. (1995). *A ordem e a medida: escola e psicologia em São Paulo (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

TOMAZETTI, Elisete (2000). *Filosofia da Educação: uma contribuição à compreensão de seu percurso no campo educacional*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1943). *Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1943)*. São Paulo: Seção de Publicações da USP.

_____. (1953a). *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939-1940)*. V. 1. São Paulo: Seção de Publicações da USP.

_____. (1953b). *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939-1940)*. V. 2. São Paulo: Seção de Publicações da USP.

_____. (1953c). *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1951)*. São Paulo: Seção de Publicações da USP.

WARDE, Mirian Jorge (1997). *Institucionalização da pós-graduação em Educação*. Texto apresentado em mesa redonda no Seminário Qualidade da educação, políticas públicas e pesquisa. Comemoração dos 30 anos do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-RJ, novembro de 1997.

_____. (1998). Questões teóricas e de método: A História da Educação no marco de uma História das Disciplinas. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* (orgs.). *História e História da*

Educação. O debate teórico-metodológico atual. São Paulo: Cortez.

WARDE, Mirian Jorge & CARVALHO, Marta Maria Chagas de (2000). Política e cultura na produção da história da educação no Brasil. *Contemporaneidade e Educação*, nº 7, p. 9-33.

Bruno Bontempi Júnior é Doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP. Seus últimos trabalhos a respeito do tema do presente artigo foram "O Estado de S.Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: o pensamento educacional convergente", publicado na *Revista do Mestrado em Educação* da Universidade Federal de Sergipe (n.4, 2000) e "A educação brasileira e a sua periodização: vestígio de uma identidade disciplinar", publicado na *Revista Brasileira de História da Educação* (n.5, 2003). Coordena o grupo de pesquisa *Internacionalização-nacionalização de padrões pedagógicos e escolares do ensino secundário e profissional (São Paulo, meados do século XIX ao pré-Segunda Guerra Mundial)* e integra o grupo de pesquisa *Americanismo e educação: a fabricação do "homem novo"*, coordenado por Mirian Jorge Warde.

Endereço para correspondência: Rua Harmonia, 445 apto. 63 CEP 05435-000 Sumarezinho São Paulo-SP. Endereço eletrônico: bontempijr@puccsp.br

Recebido em: 20/01/2007

Aceito em: 15/03/2007